

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS PARA O
DISTRITO FEDERAL Nº. 028/2012 - SO, nos Termos
do Padrão nº. 09/2002.**

Processo nº.: 112.001.586/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, CNPJ nº. 00.394.742/0001-49, com sede no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco A-15, entrada pela Novacap, em Brasília – DF, doravante denominada SO/DF, representado por DAVID JOSÉ DE MATOS, na qualidade de Secretário de Estado de Obras, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e a empresa MYSA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº. 11.357.912/0001-31, com sede na Quadra 206, lote 01, sala 507, Águas Claras, Brasília-DF, doravante denominada CONTRATADA, representada por LUIZ CARLOS MILKEN ABDALA, portador da identidade nº. 512.690-SSP-MS e CPF nº. 500.450.321-49, na qualidade de Sócio.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Convite nº. 033/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP (fls. 88 a 105), da Proposta de fls. 173 a 175 e da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a execução de revestimento de bloco de concreto e meios-fios (estacionamento externo), Quadra 802, Conj. C, lote 17, Setor de Embaixadas Norte, em Brasília - DF, consoante especifica o Edital de Convite nº. 033/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP (fls. 88 a 105), e a Proposta de fls. 173 a 175, que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, por preço unitário segundo o disposto nos Arts. 6º e 10, da Lei nº. 8.666/93, e em conformidade com o Edital, projetos, especificações fornecidas pela NOVACAP e Normas Técnicas da ABNT.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$143.526,69 (cento e quarenta e três mil quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.



5.2 – A despesa com a execução das obras de que trata a Cláusula Terceira deste Contrato, será empenhada segundo o disposto na Cláusula Sexta deste Contrato e foi prevista a favor da CONTRATADA, conforme o quadro seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
MYSA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ Nº. 11.357.912/0001-31	RS143.526,69

5.3 – Em período inferior a um ano, os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o art. 28 da Lei 9.069/95. Ultrapassado esse período, os mesmos poderão ser reajustados anualmente, nos termos da Lei 10.192/01, adotando-se o INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV – ICC Brasília (Coluna 18 ou Coluna 35 conforme o caso, levando-se em conta a natureza da obra ou serviço). O marco inicial para contagem da periodicidade de um ano, para efeito de reajuste/reapreciação será a data da apresentação da proposta, desde que o Contrato seja assinado no prazo de sua validade.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I Unidade Orçamentária: 22.101;
- II Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110-0147;
- III Natureza da Despesa: 4490-51;
- IV Fonte de Recursos: 100.

6.2 - O empenho total a favor da CONTRATADA, importa em R\$143.526,69 (cento e quarenta e três mil quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme Nota de Empenho nº. 0436, emitida em 19/11/2012, sob o evento nº. 400091, na modalidade global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 – O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s), de acordo com as normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal, em até 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação, na SO/DF, do atestado de execução emitido pela NOVACAP, acompanhado da fatura/nota fiscal correspondente, que será atestada pelo executor do Contrato após as devidas verificações.

7.2 – As faturas serão emitidas após a conclusão das etapas e de acordo com o discriminado no cronograma físico-financeiro, devidamente atestadas pela fiscalização da NOVACAP, glosando-se, se for o caso, as parcelas em atraso. Para liberação da última fatura será realizada a medição final da totalidade da obra executada.



7.3 – A SO/DF não fará qualquer pagamento à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada, pelo descumprimento de qualquer uma das Cláusulas do presente ajuste, ou ainda, sido indenizado o dano provocado. Nestas circunstâncias, efetuará a retenção nas faturas apresentadas, no valor correspondente à multa e ou dano apurado.

7.4 – Em atendimento ao disposto no art. 40, Inciso XIV, “c” e “d”, da Lei nº. 8.666/93, o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplimento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, e o critério de compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos, será o INPC.

7.5 – Para pagamento de cada fatura, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar:

- I. Comprovante do recolhimento dos encargos junto à Previdência Social (GRPS), constando o número do Contrato e endereço da obra;
- II. Comprovante do recolhimento dos encargos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço com a respectiva relação de empregados (GRE);
- III. Comprovante de regularidade junto às Fazendas Federal e Distrital;
- IV. Comprovante de regularidade de débitos trabalhistas.

7.6 – Para o pagamento da última fatura a CONTRATADA deverá apresentar o termo de recebimento provisório, em original ou fotocópias autenticadas.

CLÁUSULA OITAVA – Dos Prazos de Vigência e de Execução

8.1 – O Contrato terá vigência de 135 (cento e trinta e cinco) dias corridos, a partir da sua assinatura.

8.2 – O período de execução das obras é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do 1º dia útil após a emissão da Ordem de Serviço pela Secretaria de Estado de Obras.

8.3 – O prazo máximo para início das obras é de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço.

8.4 – As obras serão recebidas, provisoriamente, pela fiscalização da NOVACAP, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.

8.5 – As obras serão recebidas definitivamente por Comissão de Recebimento de Obras e Serviços a ser designada pelo Secretário de Estado de Obras nos termos da Lei nº. 8.666/93,

Art. 73, inciso I, alínea "b", no prazo máximo de 50 (cinquenta) dias corridos do recebimento provisório, devendo a CONTRATADA, nesta oportunidade, comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas aos serviços, mediante apresentação das Guias de Recolhimento ou Certidão Negativa de Débito – CND.

8.6 – No caso de apresentação de Guias de Recolhimento, citadas acima, estas deverão ser, em sua totalidade, específicas da obra objeto deste Contrato, não aceitas para tal fim guias de recolhimentos genéricas.

8.7 – O prazo para conclusão da obra poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja solicitação escrita da CONTRATADA, protocolizada até 10 (dez) dias antes do vencimento do Contrato, e se configure qualquer uma das seguintes hipóteses:

- I. Alterações de projeto ou especificações, pela SO/DF;
- II. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
- III. Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da SO/DF;
- IV. Aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites legais;
- V. Impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela SO/DF em documento contemporâneo à sua ocorrência.

CLÁUSULA NONA – Das Garantias

A Contratada garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Responsabilidade do Distrito Federal

10.1 – O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2 – Para garantir o fiel cumprimento do presente Contrato, a SO/DF obriga-se a:

- I. Nomear como executor, servidor da Secretaria de Obras, para promover a execução do(s) Contrato(s) em conformidade com as Normas de Execução Orçamentária Financeira e Contábil do Distrito Federal e a legislação vigente;



- II. Emitir, através da Subsecretaria de Controle, Acompanhamento e Fiscalização, a(s) Ordem(ns) de Serviço para a execução das obras;
- III. Supervisionar as atividades de execução das obras relacionadas a este Contrato;
- IV. Fornecer à empresa contratada o modelo padrão de placa alusiva às obras do Contrato.

10.3 – Para garantir o fiel cumprimento do presente Contrato e em atendimento aos termos do Convênio de Cooperação Técnica nº. 155/09 - SO, celebrado entre a Secretaria de Obras e a NOVACAP, a NOVACAP obriga-se a:

- I. Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que anotarà em diário de obra todas as ocorrências verificadas;
- II. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato;
- III. Fiscalizar a execução dos serviços e obras, bem como atestar sua execução, para a liberação dos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – Para a execução da obra objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a apresentar a SO/DF:

- I. até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- II. comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;
- III. no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, comprovante de pagamento das taxas pertinentes à execução das obras junto à respectiva Administração Regional, bem como à respectiva licença, caso couber;
- IV. no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, comprovante de registro do Contrato junto ao CREA – DF, de acordo com o disposto na Lei nº. 6.496, de 07/12/1977, bem como cópia da guia da ART;



V. no pagamento da segunda fatura, a aprovação dos projetos nas concessionárias de serviços públicos, se for o caso.

11.2 – Para a execução da obra objeto deste Contrato, a CONTRATADA também se obriga a:

I. Executar fielmente o objeto contratado conforme as especificações, projetos, normas técnicas da ABNT e da NOVACAP e prazos estipulados neste Contrato;

II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados;

III. Atender as determinações dos representantes designados pela NOVACAP e da SO/DF, bem assim às de autoridade superior;

IV. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, as ampliações ou reduções do objeto contratado, nos limites estabelecidos no parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

V. Manter preposto aceito pela NOVACAP, no local da obra, para representá-la na execução do Contrato;

VI. Providenciar e conservar a sinalização necessária de acordo com as normas do DETRAN/DF;

VII. Fornecer um barraco de madeira ou de lona para a fiscalização, bem como afixar placas de acordo com os padrões estabelecidos pela NOVACAP;

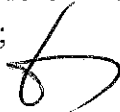
VIII. Entregar a obra completamente limpa, sem qualquer entulho ou material que sobrar;

IX. Responder pelos danos causados por seus agentes, direta ou indiretamente, à SO/DF, NOVACAP ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;

X. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento;

XI. Zelar pela execução da obra com qualidade e perfeição;

XII. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



6

XIII. Aprovar junto à NOVACAP, antes do início da execução do objeto deste Contrato, o Cronograma Físico-Financeiro, para execução das obras ou serviços, devidamente assinado por profissional técnico competente, conforme o disposto na Lei nº. 5.194/66 e compatível com os valores máximos estabelecidos no cronograma de desembolso financeiro anexo ao Edital de Licitação;

XIV. Cumprir as demais obrigações definidas no Edital de Convite nº. 033/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no Art. 65, da Lei nº. 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração do valor contratual decorrente de reajuste de preços, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração do aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 – O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas nos Arts. 86, 87 e 88, da Lei nº. 8.666/93 (e alterações posteriores) e Decreto nº. 26.851/06, de 30/05/2006, alterado pelo Decreto nº. 27.069, de 14/08/2006, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

13.2 – A multa será aplicada nos seguintes percentuais:

I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela SO/DF, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa

na conclusão do serviço, ou rescisão do Contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega – Decreto nº. 26.993, de 12/07/06;

VI Quando o atraso ou inexecução ocorrer por comprovado impedimento ou por motivos de reconhecida força maior, devidamente justificados, a CONTRATADA ficará isenta de penas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por mútuo consentimento das partes ou por ato unilateral da SO/DF, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos Art. 78 e Art. 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, desde que formalmente justificada e assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo Art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública


Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela SO/DF, no Diário Oficial do Distrito Federal, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal.



8

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Do Anexo

Consta como anexo do presente Contrato o Decreto n.º 26.851/2006, e suas devidas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília - DF, 22 de novembro de 2012.

P/ DISTRITO FEDERAL:



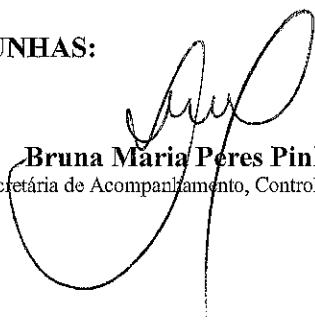
DAVID JOSÉ DE MATOS
Secretário de Estado de Obras

P/ CONTRATADA:




LUIZ CARLOS MILKEN ABDALA
Sócio

TESTEMUNHAS:



Bruna Maria Peres Pinheiro
Subsecretária de Acompanhamento, Controle e Fiscalização



Eng.º Francisco Luiz Silva Filho
Chefe da Divisão de Acompanhamento e Controle/SO

DECRETO Nº 26.851 , DE 30 DE MAIO DE 2006.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII, art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,

ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

SUBSEÇÃO I

Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

SUBSEÇÃO II

Da Multa

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do *caput* deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do *caput* deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

SUBSEÇÃO III

Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no

edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou Internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto.

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

§ 3º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - *e-Compras*, e aos demais sistemas eletrônicos de

contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.

Art. 13. As sanções previstas nos artigos 3º, 4º e 5º do presente Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA
Governadora

PUBLICADO NO DODF Nº 103, DE 31 DE MAIO DE 2006 – P. 5, 6, 7.

ALTERADO PELOS DECRETOS NºS:

- 26.993, DE 12 DE JULHO DE 2006, PUBLICADO NO DODF Nº 133, DE 13 DE JULHO DE 2006, P.2.
- 27.069, DE 14 DE AGOSTO DE 2006, PULICADO NO DODF Nº 156, DE 15 DE AGOSTO DE 2006, P. 1, 2.

dias corridos, vencendo-se, portanto, em 17/12/2012. A presente prorrogação não acarretará ônus para a Administração. Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data de Assinatura: 17 de setembro de 2012. Signatários: Pelo Distrito Federal: David José de Matos, na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: LUIS ALBERTO MONSALVES ARAUS, na qualidade de Diretor Superintendente.

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 93/2008, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002.

Processo 112.000.934/2007 – Partes: DF/SO x RECOMA CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, e NOVAGAP como Interventente. Objeto: Sob o amparo do inciso VI, § 1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como em observância ao Parecer nº 1046/2011 – PROCAD/PGDF, e ainda às justificativas, parte integrante dos autos, o presente aditamento prorroga os prazos de vigência e execução do Contrato nº 093/2008-SO, celebrado em 02/07/2008 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 03/07/2008, e que tem por objeto, a cargo da Contratada, a construção, instalação e implantação de Vila Olímpica na QNO 09, Conjunto I, Lote 01, em Ceilândia – DF, consoante especifica o Edital de Concorrência nº 38/2007 – ASCAL/PRES/NOVACAP. Prorrogação: A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal com vigência até 22/11/2012, fica prorrogado até 21/01/2013. O prazo para execução dos serviços fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de 02/09/2012, vencendo-se, portanto, em 01/11/2012. O presente aditamento não acarretará ônus à Administração. Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data de Assinatura: 25 de outubro de 2012. Signatários: Pelo Distrito Federal: David José de Matos, na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: Luan e Fortuna Campos Junior, na qualidade de Procurador. Pela Interventente: Nilson Martorelli e Daclimar Azevedo de Castro, na qualidade de, respectivamente, Diretor Presidente e Diretor de Edificações.

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2009, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002.

Processo 112.000.862/2009 (Licitação, Contrato, 1º ao 8º Aditivos) – Partes: DF/SO x ARKIS INFRAESTRUTURA URBANA LTDA, CNPJ 04.447.729/0001-61, com sede na SIA Quadra 5C Lote 15 Sala 103/104 – Brasília DF. Objeto: Sob o amparo inciso I, § 1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e nas justificativas, parte integrante dos autos, o presente aditamento prorroga os prazos de vigência e execução do Contrato nº 171/2009, celebrado em 29/09/2009 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 01/10/2009, e que tem por objeto a elaboração de projeto de drenagem pluvial no Setor de Oficinas Sul (SOP Sul), no Guará e no Grande Colômbio, em Sobradinho – DF, consoante especifica o Convênio nº 069/2009 – ASCAL/PRES/NOVACAP. Prorrogação: A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal com vigência até 16/10/2012, fica prorrogado até 15/04/2013. O prazo para execução dos serviços fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, vencendo-se, portanto, em 25/03/2013. A presente prorrogação não acarretará ônus à Administração. Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data de Assinatura: 16 de outubro de 2012. Signatários: Pelo Distrito Federal: David José de Matos, na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: Karla Isabela S. Mendes, na qualidade de Sócia-Diretora.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2011, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002.

Processo 110.000.454/2011 (Dispensa de Licitação, Contrato e 1º ao 3º Aditivos) – Partes: DF/SO x AIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ Nº. 32.913.725/0001-67, com sede na SCLIA Quadra 14, Conjunto 08, Lote 05, Guará – DF. DO Objeto: Sob o amparo do inciso VI, § 1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e nas justificativas, parte integrante dos autos, o presente aditamento prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 011/2011, celebrado em 12/12/2011 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 16/12/2011, e que tem por objeto a conclusão da obra da Feira Permanente de Sobradinho – DF, consoante especifica a Dispensa de Licitação. Prorrogação: A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal com vigência até 16/11/2012, fica prorrogado até 16/02/2013. A presente prorrogação não acarretará ônus à Administração. Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data de Assinatura: 14 de novembro de 2012. Signatários: Pelo DF: David José de Matos, na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: Luciano de Souza Maciel Pires, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2011, NOS TERMOS DO PADRÃO 14/2002.

Processo 112.004.123/2009 (Licitação, Contrato e 1º Aditivo); 112.002.082/2012 (2º ao 4º Aditivos) – Partes: DF/SO x INFRAENGETHINFRA-ESTRUTURA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA., CNPJ Nº. 02.237.437/0001-79, com sede no SHCS Quadra 507, Bloco C, nº 19, Sala 303 – Brasília/DF. DO Objeto: Sob o amparo do inciso I, § 1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e nas justificativas, parte integrante dos autos, o presente aditamento prorroga a vigência do Contrato nº 029/2011, celebrado em 30/12/2011 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 02/01/2012, e que tem por objeto a implantação de pista de atletismo e cobertura de duas quadras de esportes – Parque dos Pioneiros, Néleco Bandelirante – DF, consoante especifica o Edital de Tomada de Preço nº 189/2009 – ASCAL/PRES/NOVACAP. Prorrogação: A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal com vigência até 03/10/2012,

fica prorrogado até 02/01/2013. O presente aditamento não acarretará ônus à Administração. Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data de Assinatura: 03 de outubro de 2012. Signatários: Pelo DF: David José de Matos na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: Ruyter Kepler de Thuin, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2012, NOS TERMOS DO PADRÃO 014/2002.

Processo 112.002.840/2010 (Licitação e Contrato); 112.001.501/2012 (Termo de Suspensão e 1º Aditivo) – Partes: DF/SO x CRC CONSTRUTORA RODRIGUES CAMPOS LTDA., com sede na SHC/SW, CCSW 05, Bloco A, Loja 24, Parus. Ed. Ômega Center – Sudoeste/DF. DO Objeto: Após o cumprimento do período da suspensão de 120 (cento e vinte) dias corridos, que teve seu início em 04 de maio de 2012, conforme Diário Oficial do Distrito Federal nº 89, de 8 de maio de 2012, pág. 27, e seu término em 03 de setembro de 2012, o presente instrumento retoma os prazos do Contrato nº 005/2012-SO. Sob o amparo do § 5º, artigo 79, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, após 03 de setembro de 2012, somam-se os 96 (noventa e seis) dias de vigência remanescentes quando da suspensão do presente Contrato, contando como 08/12/2012 seu prazo final de vigência. Sob o amparo do inciso III, § 1º, artigo 57, da Lei nº 8.666/93, e nas justificativas, parte integrante dos autos, e ainda, levando-se em consideração o item anterior 2.2, o presente aditamento prorroga a execução do Contrato nº 005/2012, celebrado em 07 de março de 2012 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 10 de abril de 2012, e que tem por objeto a recuperação ambiental dos lançamentos pluviais 5A e 5B e recuperação do canteiro da horta de detenção do lançamento 5B, no Recanto das Emas-DF, consoante especifica o Edital de Tomada de Preços nº. 043/2011 – ASCAL/PRES/NOVACAP. Prorrogação: A partir da assinatura deste Termo Aditivo o Contrato principal, com vigência até 08/12/2012, permanece inalterado. O prazo para execução dos serviços fica prorrogado por 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do presente Termo. O presente aditamento não acarretará ônus à Administração. Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data de Assinatura: 08 de outubro de 2012. Signatários: Pelo DF: David José de Matos, na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: Guilherme Anâncio Louly Campos, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2012, NOS TERMOS DO PADRÃO 14/2002.

Processo 112.000.533/2012 (Licitação, Contrato e 1º Aditivo) – Partes: DF/SO x COMPACTA ENGENHARIA LTDA., com sede na Quadra 12, Conjunto 01, Lote 05, SCLAD/DF. DO Objeto: Sob o amparo dos incisos III § 1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e nas justificativas parte integrante dos autos, o presente aditamento prorroga os prazos de vigência e execução do Contrato nº 016/2012, celebrado em 17/07/2012 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 18/07/2012, e que tem por objeto o fornecimento e instalação de leitos de cabos no interior da Torre de TV Digital, localizada no SHTQ Trucho 02, Quadra 02, Conjunto 01, Lotes 01/04, Taquari, Lago Norte-DF, consoante especifica o Edital de Pregão Presencial nº. 018/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP. Prorrogação: A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal com vigência até 17/09/2012, fica prorrogado até 10/01/2013. O prazo para execução dos serviços fica prorrogado por mais 55 (cinquenta e cinco) dias corridos, vencendo-se, portanto, em 30/09/2012. O presente aditamento não acarretará ônus à Administração. Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data de Assinatura: 17 de setembro de 2012. Signatários: Pelo DF: David José de Matos na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: RÉGIO LUCIANO ÁVILA DE REZENDE, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 48/2010.

Processo 112.001.295/2009 (Licitação e Contrato); 112.000.849/2011 (1º ao 5º Aditivos e Termo de Suspensão) – Partes: DF/SO x INFRAENGETH – ESTRUTURA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 02.237.437/0001-79, com sede no SHC/SUL Com. Res. Quadra 507, Bloco C, nº 19, Sala nº 203, Brasília/DF. DO Objeto: O presente Termo tem por finalidade a suspensão do Contrato nº 048/2010-SO, entre esta Secretaria de Obras x INFRAENGETH – ESTRUTURA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA., cujo objeto é a construção do coberturas metálicas para quadras poliesportivas na Ceilândia EC 03 EQNM 18/20 AE; EC 18 EQNM 03/05; EC 20 EQNM 02/04; EC 28 EQNM 17/19 AE; EC 43 EQNM 14/18; EC 48 EQNM 26/30; CED 11 EQNM 01/5 AE e CED 04 EQNM 21/23, consoante especifica o Edital de Concorrência nº. 060/2009 – ASCAL/PRES/NOVACAP. Justificativa: A suspensão está fundamentada sob a necessidade de análise e autorização dos serviços extra contratuais, e, ainda, em observação à Lei nº 8.666/93. Suspensão: O presente termo suspende o prazo de vigência do Contrato nº 048/2010-SO, por 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data de assinatura do presente Termo. Publicação e Registro: A eficácia deste termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento. Data de Assinatura: 26 de outubro de 2012. Signatários: Pelo Distrito Federal: David José de Matos, na qualidade de Secretário de Estado de Obras.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2012, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 9/2002 EXECUÇÃO DE OBRAS.

Processo 112.001.586/2012 – Partes: DF/SO x MYSA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Procedimento: O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Convite nº

033/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP (fls. 88 a 105), da Proposta de fls. 173 a 175 e da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que passam a integrar o presente Termo. Objeto: execução de revestimento de bloco de concreto e meios-fios (estacionamento externo), Quadra 802, Conj. C, lote 17, Setor de Embaixadas Norte, em Brasília - DF. Forma e Regime de Execução: O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, por preço unitário, segundo o disposto nos Arts. 6º e 10, da Lei nº 8.666/93, e em conformidade com o Edital, projetos, especificações fornecidas pela NOVACAP e Normas Técnicas da ABNT. VALOR: O valor total do Contrato é de R\$ 143.526,69 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 22.101; Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110-0147; Natureza da Despesa: 4490-51; Fonte de Recursos: 100. A despesa foi totalmente comprometida a favor da Contratada, no valor de R\$ 143.526,69 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme Nota de Empenho nº 0436, emitida em 19/11/2012, sob o evento nº 400091, na modalidade global. PRAZO/VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 135 (cento e trinta e cinco) dias corridos, a partir da data de sua assinatura. O prazo para execução das obras é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do primeiro dia útil após a emissão da Ordem de Serviço prevista na Cláusula Oitava do Contrato. O prazo para início das obras é de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo para recebimento provisório das obras é de 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual. As obras serão recebidas definitivamente por Comissão de Recebimento de Obras e Serviços a ser designada pelo Secretário de Estado de Obras nos termos da Lei nº 8.666/93, artigo 73, inciso I, alínea "b". PUBLICAÇÃO E REGISTRO: A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial do Distrito Federal, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal. Data de Assinatura: 22 de novembro de 2012. Signatários: Pelo DF: David José de Matos na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: Luiz Carlos Milken Abdala, na qualidade de Sócio.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2012,
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 9/2002
EXECUÇÃO DE OBRAS.**

Processo 110.000.259/2012 - Partes: DF/SO x TVA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Procedimento: O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Tomada de Preços nº 024/2012 - ASCAL/PRES/NOVACAP (fls. 73 a 92), da Proposta de fls. 413 a 414 e da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que passam a integrar o presente Termo. Objeto: demolição e execução de pavimentação asfáltica, passios e meios-fios no Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS), trecho 04, lotes 6/8 e 6/9, na Região Administrativa de Brasília - DF. FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO: O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, por preço unitário, segundo o disposto nos Arts. 6º e 10, da Lei nº 8.666/93, e em conformidade com o Edital, projetos, especificações fornecidas pela NOVACAP e Normas Técnicas da ABNT. VALOR: O valor total do Contrato é de R\$ 824.008,14 (oitocentos e vinte e quatro mil oito reais e quatorze centavos). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 22.101; Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110-0147; Natureza da Despesa: 4490-51; Fonte de Recursos: 100. A despesa foi parcialmente comprometida a favor da Contratada, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme Nota de Empenho nº 0438, emitida em 20/11/2012, sob o evento nº 400091, na modalidade global. O valor restante será empenhado posteriormente. PRAZO/VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de sua assinatura. O prazo para execução das obras é de 90 (noventa) dias corridos, a contar do primeiro dia útil após a emissão da Ordem de Serviço prevista na Cláusula Oitava do Contrato. O prazo para início das obras é de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo para recebimento provisório das obras é de 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual. As obras serão recebidas definitivamente por Comissão de Recebimento de Obras e Serviços a ser designada pelo Secretário de Estado de Obras nos termos da Lei nº 8.666/93, artigo 73, inciso I, alínea "b". PUBLICAÇÃO E REGISTRO: A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial do Distrito Federal, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal. Data de Assinatura: 22 de novembro de 2012. Signatários: Pelo DF: David José de Matos na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela Contratada: Thiago do Valle Araújo, na qualidade de Representante Legal.

**COMPANHIA URBANIZADORA
DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
ASSESSORIA DE CADASTRO E LICITAÇÃO**

AVISOS DE LICITAÇÕES

Concorrência nº 25/2012 - ASCAL/PRES - do tipo menor preço unitário, para execução de pavimentação asfáltica (estacionamento) e drenagem pluvial na Quadra 03 do Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, no Plano Piloto, em Brasília - DF - Processo 112.001.390/2009 - Valor estimado da contratação R\$ 1.968.998,83 - Fonte de Recursos - Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110.0147 - Execução de Obras de Urbanização - Distrito Federal - Prazo de Execução 120 (cento e vinte) dias corridos - Prazo de Vigência 210 (duzentos e dez) dias corridos. Data e horário de realização da licitação: 27/12/2012 - às 15:00h.

Tomada de Preços nº 33/2012 - ASCAL/PRES - do tipo menor preço unitário, para construção de calçadas em diversos locais de Samambaia - RA XII - DF - Processo 142.001.235/2011 - Valor estimado da contratação R\$ 295.988,10 - Fonte de Recursos - Programas de Trabalho: 15.451.6208.1110.9706 e 15.451.6208.1110.9690 - Natureza da Despesa: 44.90.51 - Prazo de Execução 60 (sessenta) dias corridos - Prazo de Vigência 150 (cento e cinquenta) dias corridos. Data e horário de realização da licitação: 11/12/2012 - às 09:00h.

Tomada de Preços nº 34/2012 - ASCAL/PRES - do tipo menor preço global, para fornecimento e Comissionamento de 02 (duas) unidades instaladas, sendo uma reserva de SELF container de precisão para a nova sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF - Brasília - DF - Processo 001.001.167/2010 - Valor estimado da contratação R\$ 297.880,00 - Fonte de Recursos - Programas de Trabalho: 10.122.6005.1006.001 - Reforma e Benefícios no Edifício Sede da Câmara Legislativa DF - Fonte: 100 - Natureza da Despesa 44.90.51, por meio da Portaria Conjunta nº 01, de 25 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 125, de 25 de junho de 2012, página 01 - Prazo de Execução 120 (cento e vinte) dias corridos - Prazo de Vigência 210 - (duzentos e dez) dias corridos. Data e horário de realização da licitação: 11/12/2012 - às 15:00h.

A ASSESSORIA DE CADASTRO E LICITAÇÃO, DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, torna público aos interessados que realizará as licitações acima nas datas e horários indicados, que serão realizadas na Sala de Licitações da ASCAL/PRPS, sito no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Bloco "A" 1º andar - Conjunto Sede da Companhia em Brasília - DF. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no endereço eletrônico www.novacap.df.gov.br. Qualquer modificação e esclarecimentos aos editais serão disponibilizados no mesmo endereço eletrônico. Para maiores informações ligar para o telefax (0xx61) 3403-2321 ou (0xx61) 3403-2322.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2012.
PAULO JAYME BARBOSA FERREIRA
Assessor

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
COMISSÃO JULGADORA ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE SERVIÇOS Nº 1/2012**

A Companhia Energética de Brasília, por meio da CJEL, localizada no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, Área de Serviço Público S/N, Lote C, Bloco M, Guard. Brasília/DF, TORNA PÚBLICO que, fica suspensa, até nova ordem, a abertura do prego em epígrafe. Demais informações, no horário das 8 às 12 e das 14 às 17h, pelo telefone: 3465-9055.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2012.

VALDETE AMARAL DIAS
Presidente

**CEB DISTRIBUIÇÃO S/A
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAIS**

**RESULTADOS DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL DE MATERIAIS Nº 35/2012**

Processo: 310-004.405/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE REATOR MONOFÁSICO P/ LIMI-TAÇÃO DE CORRENTE EM BANCO DE CAPACITORES. Empresa Vencedora: ALSTOM GRID ENERGIA LTDA. valor global: R\$ 139.500,00. O processo encontra-se a disposição dos interessados para vistas, na CPLM, das 8 h às 12 h e das 14 h às 17 h. Demais informações, pelos telefones: 3465-9317/9018.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2012.

JORGE LUIZ LETTÃO DA SILVA
Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2012

Processo: 310-004.683/2012. Objeto: AQUISIÇÃO DE RELE MICROPROCESSADO E FUSÍVEL PARA PROTETORES. Empresa Vencedora: FUTURA SOLUÇÕES EM AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, valor global: 783.400,00. O processo encontra-se a disposição dos interessados para vistas, na CPLM, das 8 h às 12 h e das 14 h às 17 h. Demais informações, pelos telefones: 3465-9317/9018.

Brasília - DF, 23 de novembro de 2012.

JORGE LUIZ LETTÃO DA SILVA
Presidente

**COMPANHIA DE SANEAMENTO
AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL**

AVISOS DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 176/2012

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 176/2012-CAESB, processo 092.007839/2012. Tipo de licitação: Menor Preço. Contratação de empresa especializada na prestação, de forma